

ATA SEI

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CONSELHO DO FUNDEB – GESTÃO 2023/2026

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas na sala de reuniões número dois da Secretária de Educação em paralelo com a sala virtual de reuniões do Google Meet, realizou-se reunião Ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, que contou com a presença dos seguintes conselheiros: Valdiclea Machado da Silva, Deisemara Sebold, Jaqueline da Silva Pasquali Vanderlinde, Michele Karine Sansão, João Claudio da Cunha, Rubia Vicente Cipriano, Luiz Fernando Estevão, Ivan Ferreiro de Araújo, Luciana Haverroth, Susana Cercal de Nascimento, Janelize Cristina Fernandes. Estavam presentes também as servidoras e as Assessoras do Conselho Municipal de Educação Cassiane Leite da Silva, Milena Voss e Ketty Elizabeth Benkendorf, contadora da Gerência de Contraladoria Geral - SEFAZ do Município de Joinville / Gerência de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Educação. **PAUTA: 1) Justificaram ausência:** Raquel Francine Welter Dobner, Priscila Gonzaga Espíndola Luz, Hanelore Bandel Leal, Cristiana Mendes Fernandes Schmoeller. **2) Ordem do dia: A) Apresentação dos Relatórios Analíticos dos meses de novembro e dezembro/2023. Apresentação final do Exercício 2023.3) Assuntos Gerais: A) Alteração da Lei Nº 9.424, De 24 DE DEZEMBRO DE 1996 para a Lei Nº14.817, DE16 DE JANEIRO DE 2024. B) Participação dos Conselheiros nas reuniões.** A presidente saudou os membros do Conselho, repassou a pauta da reunião, passou a palavra para a Sr. Ketty que deu início a apresentação dos relatórios, apresentou os fundamentos dos recursos do FUNDEB, Lei 9394/1996 Art.25 e os limites Art.26 e Art.25§ 3º. Apresentou a receita anual dividida por período e suas fontes. Conselheiro João pergunta sobre o efeito da ADPF188/STF que dá nova regulamentação quanto a distribuição dos recursos das quotas destinadas aos estados, Ketty explica que esse valor não está ainda computado, pois os lançamentos acontecerão a partir de 2024. enfatiza que como o número de alunos da rede municipal é expressivo e o valor vai ser dividido por alunos matriculados, talvez não terá tanto impacto. Conselheira Deisimara pergunta se os valores recebidos em 2023 ficaram dentro da estimativa, Ketty responde que sim, e que a arrecadação do município aumentou em 2023, mas que isso também pode ser um problema caso não se tenha um planejamento para utilização desses recursos dentro do prazo estipulado e suas permissões. Ketty apresentou a Execução Orçamentária por fonte de recurso e explicou aos conselheiros como se dá o processo de execução onde entra um recurso e nesse momento é separado para folha de pagamento e manutenção. Conselheiro João pergunta se haveria uma outra forma de apresentação, mais clara, concreta para saber em quais obras está sendo destinado os recursos e assim aumentar a compreensão e ver realmente onde o recurso está sendo empregado. Ketty explica que não possui essa informação, pois a função do setor de contabilidade é de registrar os números, mas quem pode fornecer essa informação é a Secretaria de Educação que é a ordenadora das obras. ketty explicou a Execução Orçamentária por Subfunção explicando os itens. Apresentou o Fluxo Financeiro, os Indicadores: Receitas recebidas 515.500.981,62 (quinhentos e quinze milhões, quinhentos mil novecentos e oitenta e um reais e sessenta e dois centavos),total destinado ao FUNDEB - 20%, 205.968.599,44 (duzentos e cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos); Resultado líquido 301.766.436,98 (trezentos e um milhões, setecentos e sessenta e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos); Superávit apurado 10.138.539,61 (dez milhões, cento e trinta e oito mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos); Superávit Aplicado até o Primeiro Quadrimestre 10.138.539,61 (dez milhões, cento e trinta e oito mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos); Superávit

Aplicado que integra o limite constitucional 6.552.107,36 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cento e sete reais e trinta e seis centavos); Mínimo de 70% com folha de pagamento 72,32%(setenta e dois, trinta e dois por cento); Máximo de 10% não aplicado no exercício 3,58% (três, cinquenta e oito por cento).Composição do Índice: Total de despesas custeadas com recursos de impostos 377.294.573,86 (trezentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos); Despesa próprias 377.294.573,86 (trezentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos); Ensino Fundamental - fonte 101- 205.566.920,37 (duzentos e cinco milhões, quinhentos e sessenta e seis mil novecentos e vinte reais e trinta e sete centavos); Ensino Infantil - fonte 101- 171.727.653,49 (cento e setenta e um milhões, setecentos e vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos); Total das receitas transferidas ao FUNDEB 205.968.599,44 (duzentos e cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos); Superávit aplicado que integra o índice 6.552.107,36 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cento e sete reais e trinta e seis centavos); total da receita bruta de impostos 2.048.605.475,38 (dois bilhões, quarenta e oito milhões, seiscentos e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos); Deduções 440.413,56(quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e seis centavos); Cancelamento de restos 440.413,56 (quatrocentos e quarenta mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e seis centavos); Total das despesas para fins de índice 589.374.867,10 (quinhentos e oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e dez centavos); % mínimo aplicado na educação 28,77% (vinte e oito, setenta e sete por cento).Cumprimento PEC 119/2022 - Valores a Compensar 153.542.581,39 (cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), Ano (2020) 26.700.243,79 (vinte e seis milhões, setecentos mil duzentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos); Ano (2021) 126.842.337,60 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos). Valores Compensados 89.692.413,45 (oitenta e nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos);Ano (2022) 89.692.413,45 (oitenta e nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos). Saldo Remanescente a Compensar 63.850.167,93 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil cento e sessenta e sete reais e noventa e três centavos); Mínimo exigido no exercício corrente 576.001.536,77 (quinhentos e setenta e seis milhões, um mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos). 25% das receitas resultantes de impostos 512.151.368,85 (quinhentos e doze milhões, cento e cinquenta e um mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos); Saldo a compensar 63.850.167,93 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil cento e sessenta e sete reais e noventa e três centavos). Valor Aplicado 589.374.867,10 (quinhentos e oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e dez centavos); 28,77% (vinte e oito, setenta e sete por cento).Terminada a apresentação foi aberto a perguntas a conselheira Deisimara, exemplifica os questionamentos do conselheiro João quanto a apresentação das obras e fornecedores que são pagos com recursos do FUNDEB, para clarificar e tornar a apresentação das contas mais concretas, o conselheiro Luiz sugere convidar os responsáveis pelas obras para uma reunião para apresentar aos conselheiros quais obras estão sendo custeadas com recursos do FUNDEB. Desta forma ficou acordado o envio de ofício a Secretaria de Educação solicitando esses dados. Conselheiros conversam sobre as mudanças na Lei de Valorização dos Profissionais de Educação, bem como da importância de todos estarem participando das reuniões. Não havendo mais questionamentos a Conselheira Presidente Deisimara perguntou aos conselheiros presentes se aprovam a Prestação de Contas do Exercício 2023, todos os conselheiros presentes APROVAM a Prestação de Contas do Exercício 2023. O conselheiro Ivan Ferreira de Araújo não votou, pois precisou se retirar da reunião antes do término por motivos particulares. Não havendo mais nada a ser tratado a Presidente Deisimara agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Sendo assim, eu, Cassiane Leite da Silva, Assessora Técnica do Conselho Municipal de Educação e secretária designada nesta reunião, lavro e assino a presente ata, que após lida, será submetida à avaliação, devendo ser assinada em caso de aprovação. Joinville, quinze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Haverroth, Servidor(a) Público(a)**, em 16/02/2024, às 16:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Janelize Cristina Fernandes, Servidor(a) Público(a)**, em 19/02/2024, às 08:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Michele Karine Sansao, Servidor(a) Público(a)**, em 19/02/2024, às 13:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Deisemara Sebold, Servidor(a) Público(a)**, em 21/02/2024, às 16:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Susana Cercal de Nascimento, Servidor(a) Público(a)**, em 22/02/2024, às 14:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valdiclea Machado da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2024, às 08:00, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Claudio da Cunha, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2024, às 09:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline da Silva Pasquali Vanderlinde, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2024, às 12:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rubia Vicente Cipriano, Servidor(a) Público(a)**, em 28/02/2024, às 08:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Estevao, Servidor(a) Público(a)**, em 02/05/2024, às 17:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020112255** e o código CRC **A2CEA2B8**.